A Metralhadora do Capitão (1989)

Simon Schwartzman[1]

Ninguém pode discordar do capitão-de-mar-e-guerra José Carlos Azevedo de que nossas universidades têm problemas, assim como ninguém pode discordar do Governador Brizola de que as criancinhas precisam de boas escolas. Isto não significa, no entanto, que baste ouvir o galo cantar e sair dando tiro para todos os lados, ou construir prédios de arquitetura duvidosa à beira das estradas, para que os problemas se resolvam.

A questão da produtividade do ensino superior brasileiro foi retomada recentemente em um artigo de Laurence Wolff, americano do Banco Mundial, e Jean-Jacques Paul, do Instituto de Economia da Educação de Dijon, mas com longa experiência de trabalho no Ceará, estudo que, ao contrário do que pensa o capitão, não tem nada de sigiloso (o que ainda não foi formalmente divulgado é o documento oficial do Banco Mundial sobre o ensino superior brasileiro, que só existe por enquanto em versão preliminar, sujeita a revisões). Os dados utilizados por Wolff e Paul são na maior parte conhecidos, e a parte relativa a custos tem sido sujeita a questionamentos, ainda que da conclusão geral, de que as universidades custam mais do que produzem, ninguém discorda.

A dificuldade está em o que fazer com este fato. Apesar de não ser burro, o capitão Azevedo parece não ter ainda compreendido que o ensino superior no mundo de hoje é um fenômeno de massas, que envolve no Brasil um milhão e meio de estudantes, mas que deveria envolver pelo menos três milhões, se o ensino básico e secundário fosse melhor, e se a economia não estivesse estagnada. Sistemas como estes devem ser capazes, ao mesmo tempo, de ter universidades e centros de pesquisa de alto nível (a preocupação de Azevedo), e proporcionar educação técnica e profissional em grande quantidade e de forma eficiente (a preocupação de Darcy Ribeiro). Universidades públicas e caras devem ser capazes de

---

[1] Simon Schwartzman é diretor científico do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo.

desempenhar estas duas funções ao mesmo tempo e de forma diferenciada, sem distribuir diplomas a rodo, e nem destruir sua capacidade de pesquisa e formação de alto nível no altar do populismo e do anti-intelectualismo.

Introduzir regras mais estritas de jubilação e tratar das causas da evasão que existe em muitos cursos são medidas importantes para tornar mais eficiente o uso dos recursos públicos nas universidades estaduais e federais. A necessidade de expansão da matrícula é óbvia no Estado de São Paulo, em que as matrículas nestas instituições não chega a 15% dos alunos, assim como no resto do país, onde o ensino particular se desenvolveu menos, mas as taxas de matrícula por habitante são muito menores. O que é difícil de entender é que esta expansão não pode se dar, simplesmente, pela reprodução de cópias cada vez mais apagadas das melhores universidades e cursos mais prestigiados pelo país afora, ou pela encampação pura e simples de instituições privadas e municipais falidas por governos estaduais e federais também falidos.

A transição da situação atual para um sistema de educação superior mais diferenciado, de melhor qualidade e mais aberto, e socialmente mais justo (e que possa inclusive atender melhor às necessidades de formação de professores para o ensino básico e secundário), deve ser liderada pelas próprias universidades, com a participação de outros setores da sociedade, sob o risco de se verem submetidas a um processo de desgaste e pressões internas e externas de consequências imprevisíveis. Estudos como os de Wolff e Paul, assim como de outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros, ajudam a esclarecer estas questões, e desta maneira colaboram para tirar as universidades do tiroteio.